

III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba

Introdução

A III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN/PB) realizada nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2011, no Convento Ipuarana, no Município de Lagoa Seca reuniu 240 participantes, sendo estes, 179 delegados, xxx do poder público xxx da Sociedade civil, 61 convidados dentre eles palestrantes, autoridades e gestores. O evento contou com a presença de representantes de 55 municípios. Os debates e propostas foram norteados pelo tema central da 4ª CESAN: *“Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”*.

A III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba aconteceu no momento em que o Brasil está construindo o Sistema e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como também a inclusão da (PEC nº 64- 2010) Emenda Constitucional, que inclui o direito humano a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal.

A Paraíba aparece entre os cinco estados com maior percentual de pobres, sendo 50,74% da população vivendo com metade do salário mínimo por pessoa. Este dado nos alerta para uma grande preocupação e um enorme desafio, superar a situação de extrema pobreza existente no nosso Estado. É neste contexto que se encontram os grupos étnicos e/ou tradicionais como, indígenas, ciganos, quilombolas, pescadores e os povos da religião de matriz africana.

Alguns dados apresentados nas Conferências Regionais, bem como nos eventos temáticos de comunidades tradicionais e indígenas, apontam para a necessidade de um olhar mais cuidadoso aos segmentos e populações específicas na elaboração de políticas sociais, sendo eles:

- **Ciganos.** Em virtude da falta de documentos pessoais, uma grande parcela da referida população está à margem dos programas sociais;
- **Quilombolas.** São trinta e oito (38) comunidades quilombolas com uma população estimada em 13.500 mil e quinhentas pessoas, sendo que, apenas 19 comunidades (896 famílias) são beneficiadas pelo programa de cestas básicas de alimentos distribuídas pelo (MDS), Ministério do Desenvolvimento Social, porém o órgão não possui regularidade na sua distribuição. Muitas comunidades beneficiadas dividem a cesta recebida para atender todas as famílias. Outro desafio para a população quilombola é o acesso ao Programa Estadual do leite e fubá que, pela ineficiência do sistema só atende a 10 comunidades.

No que se refere à alimentação escolar fora encontrado problemas, o programa que deveria ser um aliado contra a insegurança alimentar de muitas crianças e adolescentes, não vem cumprindo seu papel. Em algumas comunidades a mesma não tem regularidade, a qualidade é ruim, a quantidade é insuficiente. “A palavra soja ninguém nem aguenta falar”. O que é mais servida é a bolacha seca. Em síntese, os quadros apresentados pelas populações tradicionais apontaram para uma situação de insegurança alimentar nestes grupos. Segundo alguns relatos, os quilombos de maneira em geral se enquadram na seguinte classificação de insegurança alimentar: conseguem ter acesso a alguns alimentos básicos todos os dias, porém, em quantidade insuficiente para saciar a fome. “Ainda estamos lutando para que chegue o alimento em quantidade suficiente; a qualidade dos alimentos é uma nova conquista que devemos lutar”. Para o segmento quilombola a segurança alimentar só terá sucesso se vir acompanhada da política de demarcação dos territórios, do melhoramento das estradas, da educação de qualidade e adequada as especificidades dos grupos, a saúde e o acesso a água.

- **Comunidades Indígenas Potiguara.** Existe um pleito desde o I evento temático, há quatro anos, para o desassoreamento do Rio Sinimbu, porém segundo os representantes no II Evento temático a burocracia está impedindo o referido trabalho. Com a recuperação dos rios e a preservação das matas ciliares os recursos naturais serão mantidos, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional, criando oportunidade para que as pessoas saiam da dependência das cestas básicas.
- **Pescadores e Marisqueiros.** Os desafios enfrentados pelos pescadores e marisqueiros são: falta de infra-estrutura, ausência de políticas públicas, distribuição de cestas alimentares com regularidades e em quantidade suficiente para atender a todos os pescadores, subsídios para atender as necessidades em períodos de desova e durante o defeso da lagosta que totaliza seis meses.

1. Principais ameaças a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

- Liberação e o plantio através de sementes transgênicas;
- Controle da produção de sementes por empresas estrangeiras;
- Uso indiscriminado de agrotóxicos (por via aérea e via terrestre);
- Falta do CONSEA em todos os municípios paraibanos;

- Falta de acesso ao uso de água de boa qualidade, apropriada ao consumo humano, bem como água para irrigação, produção, etc.;
- Número insuficiente de cisternas, particularmente no semiárido e sertão paraibano;
- Poluição das águas dos mananciais, rios, açudes, nascentes, mares e oceanos;
- Não implementação da política de reforma agrária (a exemplo das Várzeas de Sousa com incentivo a monocultura, como coco, banana e o plantio de algodão colorido em outras áreas).
- Falta de saneamento básico;
- Implantação de indústrias de cimento no litoral Sul, ameaçando os assentados e a agricultura familiar local, além dos problemas de ordem ambiental e de saúde pública decorrentes;
- Privatização dos serviços essenciais (saúde, educação, assistência social, meio ambiente, ciência e tecnologia) a partir de iniciativas dos Governos Municipais e Estadual;
- Latifúndio e avanço da monocultura (ex. cultura do fumo, do algodão colorido, frutas, etc);
- Violência cometida às famílias que residem na área rural, acarretando além do êxodo a diminuição da produção de alimentos;
- Inexistência de titularidade das terras dos quilombolas, mesmo tendo seus direitos assegurados na constituição;
- Valor insuficiente da DAP-Declaração de Aptidão do Produtor;
- Avanço da exploração sem controle da indústria mineradora no Estado;
- Descumprimento das resoluções do Conselho Nacional de Nutricionistas, que determina a presença de nutricionistas nos municípios;
- Desvio de recursos, omissão e corrupção dos gestores no que concerne a distribuição de alimentos;
- Número insuficiente de técnicos da EMATER nos municípios;
- Não regularidade na execução do Programa Pão e Leite.

2. Balanço das ações e programas no nível local

- O Programa Bolsa Família ainda não atende todas as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, tendo em vista a falta de acesso aos programas sociais dos governos Municipais, Estaduais e Federal;
- Insuficiência dos governos Municipais, Estaduais e Federal para atendimento aos menos favorecidos, necessitando de avanço dos bens, serviços, programas, projetos sociais e emergenciais, fortalecendo as comunidades de modo geral;

- Desburocratização do processo de habitação rural PNH;
- Avaliação do grau de implementação das Ações e Programas Federais que não são disponibilizados para todos, devido à burocracia e falta de transparência, que impedem a estes usufruírem de seus direitos;
- Os agricultores que disponibilizam produtos agroecológicos em feiras livres vêm cumprindo o seu papel social, ambiental e sustentável oferecendo produtos livres de agrotóxicos de boa qualidade à população. No entanto carece de uma avaliação quanto à logística nos pontos de abastecimentos e divulgação disponibilizando assim, maior acesso à população em geral;
- Fortalecimento das Organizações não Governamentais, no que concerne ao acesso para os Editais de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Valorização e fortalecimento da economia solidária, tendo em vista o grande número de mães chefes de família;
- Avanço na participação social: seminários, conferências, etc;
- As ações e programas Estaduais não têm sido alavancados devido a falta de verba Estadual, pois a cada mudança de governo nosso Estado fica comprometido com o (FPE), Fundo de Participação Estadual e outras receitas, tais como, pagamento de folha pessoal e a não aplicação nos custeios e benefícios remanejando os recursos para outras ações;

3. Indicação de prioridades para o Plano Estadual ou Distrital e para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1 Priorização das ações e programas

- Aprovação do (PAA), Programa de Aquisição de Alimentos como Política Pública de governo para garantir sua continuidade;
- Normatização do Sistema Municipal de Segurança Alimentar;
- Aperfeiçoar/instrumentalizar/estruturar os mecanismos de fiscalização dos programas já existentes, adequando-os à realidade, criando, inclusive, infraestrutura física e financeira que os tornem viáveis;
- Sobre o (PNAE), Programa Nacional de Alimentação Escolar, que o Ministério da Educação estabeleça critérios mínimos para compra, estocagem e distribuição dos produtos adquiridos da agricultura familiar isentando o produtor de impostos para esse fim, fornecendo

assistência técnica adequada, possibilitando assim que o município possa cumprir o percentual mínimo exigido em lei com segurança;

- Criação de um indicador de desempenho para o Município que possua (EPAN) Equipamentos Públicos de alimentação;
- Garantia do pagamento aos profissionais ligados à área, ou seja, um quadro técnico mínimo remunerado em todos os Programas Federais executados pelos Municípios;
- Fortalecer o Programa Nacional de acesso a terra e garantir a execução da Reforma Agrária.

4. Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implementação do SISAN

4.1. Propostas para implantação/consolidação do SISAN em nível local

- Capacitação prévia para a implementação do SISAN dos Municípios, Estados e Nação com participação efetiva da sociedade civil;
- Instituir o SESAN;
- Implantar as respectivas Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional com atribuições similares à CAISAN;
- Apoiar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional na sua esfera, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, com atribuições similares ao Consea Nacional,
- Criar um comitê gestor com profissionais afins nas mais diversas áreas de conhecimento que atenda todos esses critérios;
- Que a União incentive os Estados, que os Estados incentivem os Municípios a adesão ao SISAN, e dotação orçamentária e específica em suas respectivas esferas para os diversos setores que compõem a segurança alimentar e nutricional;
- Fortalecer a implementação do SISAN em Municípios de pequeno porte (menos de 20.000 habitantes), garantindo que os mesmos possam implantar todos os programas que compõem a rede de equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- O financiamento do (SISAN) Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, se dê em contrapartida pelas três esferas de governo, por meio de repasse direto e regular para todos os Municípios e Estado, independente da sua população;
- Para fortalecer as ações do SISAN por meio do aumento do número de responsáveis técnicos por cada programa que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional.

Na III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional foi decisiva a participação da sociedade civil e do poder público para a elaboração de propostas que contribuam para a construção da política de segurança alimentar e nutricional prevista na Constituição Federal em seu artigo 6º o qual foi reformado pela Emenda Constitucional 64/2010

Por fim ressaltamos que o Estado da Paraíba vem desenvolvendo um trabalho relevante para o desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional, no entanto as comunidades e representantes de segmentos merecem mais atenção pois os problemas são maiores que as Políticas Públicas destinadas no Estado.

Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ALDENORA PEREIRA DA SILVA - Província Eclesiástica do Estado da Paraíba -Coordenadora Geral / ANA KATARINE NUNES DE MEDEIROS – Federação das Associações dos Municípios do Estado da Paraíba – FAMUP. / ANA LUCIA PESSOA DE CARVALHO NEVES- JORNALISTA (ASSESSORIA DE IMPRENSA-CONSEA-PB) / DALMO OLIVEIRA DA SILVA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Sup. Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB / INÊZ MARIA DA SILVA - Secretaria Estadual de Saúde – SES / IRMA RODRIGUES DA SILVA – Pastoral da Criança / JACILEIDE LOPES CONSERVA – Sec. Est. do Trabalho do Desenvolvimento Humano – SEDH/ JOSEFA MARIA DA C. PEREIRA – Ass. de Cidadania, Inclusão Social – ACIS / LÚCIA DE FÁTIMA B. DE OLIVEIRA - Comunidade de Terreiros / MARIA ALVES D. CORDEIRO - Sec Exec. do Consea-PB / MARIA CÉLIA F. DOS SANTOS - Conselho Regi. de Serv. Social -Sec Executiva do Consea-PB / MARIA GORETI DA SILVA – FOPPIR / MARIA JOSÉ ALVES – Ass. de Cidadania, Inclusão Social – ACIS / MARIA MARQUES MACIEL – FOPPIR / VANÚBIA MARTINS DE OLIVEIRA - Comissão Pastoral da Terra – CPT / VERÔNICA LOURENÇO DA SILVA - FOPPIR - / WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO – Sec. Est. do Trabalho do Des. Humano / PATRICIA DE MELO MARTINS- CAAP - Portal dos Movsocial- relatora / MARIA DO CARMO DE AMORIM-Portal Agroecologiaonline- articuladora -IFPB-SOUSA / RAQUEL PATRICIA ATAIDE LIMA -Agevisa –PB / MARCIA CHISTINA KIRSCHNER DE S. CAMPOS- Fórum de Economia Solidaria / FRANCIMAR FERNANDES DE SOUSA – AACAD / MARIA ROSANGELA DA SILVA – SENDH / RAIMUNDO RABELO DE SÁ- SEDAP. ARIMATÉIA FRANÇA – Presidente do CONSEA – CUT.